A CONFIGURAÇÃO DA EXPANSÃO DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA (2018–2026): RESULTADOS PARCIAIS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Zizelda Lima Fernandes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1865-4056
Endereço eletrônico: zizelda.fernandes@uesb.edu.br

Luciana Canário Mendes
Universidade do Estado da Bahia, Brumado, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1239-3692
Endereço eletrônico: lmendes@uneb.br

Aline Daiane Nunes Mascarenhas
Universidade do Estado da Bahia, Lauro de Freitas, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7372-5411
Endereço eletrônico: amascarenhas@uneb.br

Palavras-chave: militarização da educação pública; gestão compartilhada; políticas educacionais; Bahia.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a militarização da educação pública consolidou-se como uma das expressões das transformações recentes das políticas educacionais brasileiras. Inicialmente restrita aos colégios militares mantidos pelas corporações, essa forma de organização passou a alcançar escolas públicas civis por meio de modelos de gestão compartilhada entre secretarias de educação e instituições militares, difundindo-se nas redes estaduais e, sobretudo, municipais. Embora esse movimento tenha adquirido abrangência nacional, sua expansão ocorreu de forma desigual, assumindo diferentes configurações institucionais e processos de territorialização nos estados brasileiros (Santos, 2020; Cássio, 2025; 2026).

A Base Nacional de Escolas Militarizadas, organizada por Cássio (2026), demonstra a dimensão alcançada por esse processo ao registrar 1.578 escolas militarizadas distribuídas em 862 municípios brasileiros. Nesse cenário, a Bahia destaca-se por concentrar o maior número

de escolas militarizadas vinculadas às redes municipais, constituindo-se em um caso privilegiado para compreender as formas de expansão e institucionalização desse modelo.

Essa realidade exige distinguir escolas militares e escolas militarizadas, categorias frequentemente utilizadas como sinônimas. Enquanto as primeiras integram a estrutura das Forças Armadas ou das forças auxiliares, dispondo de organização administrativa, pedagógica e financeira própria, as escolas militarizadas permanecem vinculadas às redes públicas de ensino e subordinadas às respectivas secretarias de educação. Nelas, a participação das corporações militares ocorre por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos que instituem modelos de gestão compartilhada, envolvendo funções administrativas, disciplinares e, em determinados casos, aspectos da organização da vida escolar (Santos, 2020; Cássio, 2025).

Nessa perspectiva, a militarização da educação pública pode ser compreendida como uma expressão dos processos contemporâneos de reconfiguração das políticas educacionais e das formas de governança (Ball, 2014). Mais do que a ampliação do número de escolas militarizadas, trata-se de um processo de institucionalização que reorganiza sistemas públicos de ensino por meio da incorporação de discursos de ordem, disciplina e segurança, assumindo diferentes configurações conforme os contextos políticos e institucionais de sua implementação (Santos, 2020; Cássio, 2026).

Embora a literatura tenha produzido importantes contribuições acerca dos efeitos da militarização sobre o cotidiano escolar, permanecem escassos os estudos voltados à compreensão desse fenômeno na escala dos sistemas de ensino. Como observa Cássio (2026), sabe-se muito sobre o que ocorre "do portão para dentro" das escolas militarizadas, mas ainda se conhece pouco sobre os processos que explicam sua expansão, institucionalização e territorialização nas redes públicas de ensino.

Inserido nessa agenda de pesquisa, este trabalho integra o projeto THESE – Projeto Memória e História do Desmonte e da Resistência da Educação Pública Brasileira (2000–atual) e analisa a configuração da expansão da militarização da educação pública na Bahia entre 2018 e 2026. A escolha do estado justifica-se pela expressiva presença desse modelo nas redes

municipais, pela predominância da gestão compartilhada e pela diversidade dos instrumentos jurídicos mobilizados em sua implementação.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e bibliográfica. A Base Nacional de Escolas Militarizadas (Cássio, 2025-2026) constituiu a principal fonte empírica, articulada aos documentos normativos da Bahia e à produção científica recente (Santos, 2020; Oliveira, 2025; Cássio, 2025; 2026). A análise concentrou-se na expansão temporal, territorial e institucional das escolas militarizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da Base Nacional de Escolas Militarizadas evidencia que a expansão da militarização da educação pública na Bahia não ocorreu de forma linear nem homogênea. Ao contrário, os dados revelam um processo marcado por diferentes temporalidades, formas de institucionalização e estratégias de territorialização, indicando que sua consolidação resulta de dinâmicas político-administrativas específicas e de distintos contextos de implementação.

Sob o ponto de vista temporal, verifica-se que a expansão das escolas militarizadas se intensificou a partir de 2019, acompanhando a tendência nacional identificada por Santos (2020) e posteriormente sistematizada por Cássio (2025; 2026). No entanto, a experiência baiana apresenta uma particularidade importante: enquanto em diversos estados o processo concentrou-se nas redes estaduais, na Bahia a expansão ocorreu predominantemente nos "sistemas" municipais de ensino, conferindo maior capilaridade territorial à política.

Os dados também demonstram que, após um ciclo inicial de rápida expansão, observa-se uma desaceleração na incorporação de novas unidades, sem que isso represente a interrupção do processo. Entre 2023 e 2026 coexistem novas implantações e experiências de desmilitarização, indicando que a política passou a assumir ritmos distintos de difusão conforme as dinâmicas locais. Esse movimento converge com a interpretação de Cássio (2026), segundo a qual, após o auge observado durante a vigência do Programa Nacional das Escolas

Cívico-Militares (PECIM), a expansão passou a ocorrer de forma mais seletiva e territorialmente diferenciada.

No plano territorial, a pesquisa evidencia que esse modelo extrapolou os grandes centros urbanos, alcançando municípios de diferentes portes distribuídos em distintas regiões da Bahia. Essa configuração amplia as análises de Oliveira (2025), ao demonstrar que a territorialização da militarização não se restringe aos contextos inicialmente investigados, mas permanece em expansão até 2026. Mais do que uma distribuição espacial das escolas militarizadas, observa-se um processo de reorganização do território educacional, sustentado pela articulação entre governos estaduais e municipais e pela incorporação gradual da gestão compartilhada às redes públicas de ensino.

Outro aspecto relevante refere-se aos mecanismos de institucionalização dessa política. A análise documental identificou ampla diversidade de instrumentos jurídicos utilizados para sua implementação, incluindo leis municipais, decretos, termos de cooperação técnica, pareceres dos Conselhos Municipais de Educação, deliberações e portarias conjuntas entre as Secretarias de Educação e de Segurança Pública. Essa diversidade evidencia que a militarização não corresponde a um modelo uniforme de gestão, mas assume configurações distintas conforme as decisões político-administrativas adotadas pelos municípios.

Essa heterogeneidade institucional ajuda a compreender a predominância da gestão compartilhada como principal estratégia de expansão observada na Bahia. Diferentemente da criação de novos colégios militares, a incorporação de militares à gestão de escolas públicas já existentes constituiu o mecanismo predominante de implementação da política. Esse resultado reforça a distinção proposta por Santos (2020) e Cássio (2025; 2026) entre escolas militares e escolas militarizadas, evidenciando que a experiência baiana se caracteriza menos pela ampliação de instituições militares e mais pela reconfiguração administrativa das redes públicas de ensino.

Os processos de desmilitarização registrados em diferentes municípios constituem outro resultado relevante da investigação. Ainda que numericamente inferiores às novas implantações, esses casos demonstram que a militarização não representa um percurso linear ou irreversível. Sua permanência depende de condições políticas, administrativas e

institucionais específicas, revelando que sua implementação permanece objeto de disputas, revisões e redefinições no âmbito dos sistemas municipais de ensino.

Em conjunto, esses resultados permitem compreender a militarização da educação pública na Bahia como uma política em permanente transformação, cuja expansão decorre da interação entre diferentes atores, escalas de governo e instrumentos normativos. Nessa perspectiva, os achados dialogam com Ball (2014), ao evidenciar que as políticas educacionais não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas e recontextualizadas nos diferentes espaços institucionais. Ao mesmo tempo, aproximam-se das análises de Apple (2003; 2017), ao indicar que a expansão da gestão compartilhada integra processos mais amplos de fortalecimento de agendas conservadoras, nos quais discursos de ordem, disciplina e segurança passam a ocupar lugar central na redefinição da escola pública.

CONCLUSÕES

Os resultados parciais desta investigação permitem compreender que a militarização da educação pública na Bahia constitui um processo de institucionalização complexo, dinâmico e territorialmente diferenciado, cuja análise ultrapassa a simples identificação do número de escolas militarizadas. Ao evidenciar diferentes temporalidades de expansão, mecanismos jurídico-institucionais e formas de territorialização, o estudo demonstra que a consolidação desse modelo resulta da articulação entre políticas nacionais, iniciativas estaduais e decisões produzidas no âmbito dos municípios.

Ao privilegiar a análise da política em escala estadual, a pesquisa evidencia especificidades da experiência baiana, marcadas pela predominância da gestão compartilhada, pela centralidade das redes municipais e pela diversidade dos instrumentos normativos empregados em sua implementação. Esses elementos indicam que a militarização da educação pública não pode ser compreendida apenas como um desdobramento do PECIM, mas como uma política que adquiriu dinâmicas próprias de institucionalização e expansão no estado.

Do ponto de vista teórico, os resultados reafirmam a importância de compreender a militarização como parte das transformações contemporâneas das políticas educacionais. Nesse sentido, dialogam com Ball (2014), ao evidenciar que as políticas são continuamente

reinterpretadas nos diferentes contextos de implementação, e com Apple (2003; 2017), ao indicar que a difusão da gestão compartilhada integra processos mais amplos de fortalecimento de agendas conservadoras no campo educacional.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.**A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CÁSSIO, Fernando. **Base Nacional de Escolas Militarizadas**. 2025-2026. Link https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/NT_BASE_MILIT.pdf. Acesso em 10 de julho de 2026.

OLIVEIRA**,** Alana Periquito de. **A territorialização dos colégios militarizados na Bahia:** implantação, expansão e educação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2024.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.